

DESTAQUES EM NOTÍCIAS

INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES

Junji quer vetar descontos sobre auxílio financeiro

www.junjiabe.com.br

by Mel Tominaga

Jornalista
MTB 21.286

Para preservar a integralidade dos repasses aos municípios e estados, como auxílio financeiro para estimular as exportações no País, o deputado federal Junji Abe (PSD-SP) apresentou emenda (EMC16/2012) à medida provisória (MP 585/2012), editada pelo Palácio do Planalto. O objetivo do parlamentar é alterar o texto para evitar que os valores sofram deduções relativas às dívidas vencidas e não pagas pelas unidades federadas. "Se o propósito da MP é fomentar as exportações por meio da prestação de auxílio financeiro da União aos estados e municípios, não faz sentido que sejam descontados os valores referentes ao que eles devem ao governo federal", justificou Junji, ao defender a retirada do artigo 4º da medida provisória. Segundo o texto original da MP, a União destinará R\$ 1,950 bilhão para estados, distrito federal e municípios, de acordo com norma fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Mi-



Divulgação

Junji Abe

nistério da Fazenda. Das parcelas pertencentes a cada estado, 75% serão entregues diretamente ao governo estadual e os 25% restantes à administração municipal. O rateio entre as cidades obedecerá aos coeficientes individuais de participação no produto da arrecadação do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de seus respectivos estados, aplicados no exercício de 2012. Ocorre que o artigo 4º da medida provisória prevê que o governo fede-

ral deduzirá dos recursos a serem repassados o montante total apurado no respectivo período dos valores das dívidas vencidas e não pagas pela unidade federada. O texto estabelece que, primeiro, serão descontados os débitos contraídos junto à União, inclusive dívida externa; depois os contraídos junto a entidades da administração federal indireta. No inciso II do mesmo artigo 4º, a MP estabelece que serão deduzidas, primeiro, as dívidas contraídas pela administração direta e, depois, as firmadas pela administração indireta da unidade federada. "Na prática, grande parte das cidades e estados, não receberia um único centavo, servindo o suposto auxílio financeiro apenas para abater débitos, sem atingir o propósito de estimular as exportações", ponderou Junji.